

## **Políticas culturais ao sul da web**

Heloisa Buarque de Hollanda

Colaboração: Cristina Câmara

A presença da América Latina na internet hoje deve se vista mais como uma perspectiva otimista do que como uma realidade concreta. Mesmo assim, alguns dados podem surpreender. Estima-se, por exemplo, que o número de usuários da internet na América Latina aumenta 33% anualmente e que os 5.7 milhões de usuários em 1998 passarão à 24.3 milhões em 2003<sup>1</sup>. A evidência deste crescimento acelerado aliada à expectativa de uma abertura até hoje impensável em relação ao amplo acesso à informação e à novos canais de comunicação e intercâmbios científicos, políticos, culturais e comerciais, coloca em pauta novas e urgentes questões para as regiões e segmentos culturais ao sul do cyberspace.

Apesar de ser difícil afirmar qual a população mundial de usuários da internet e quem são estes usuários, há alguns indícios quantitativos e qualitativos trazidos pelas pesquisas que vêm sendo realizadas na rede ou sobre ela e que estão disponíveis on line. Estima-se em 171.25 milhões o total mundial de usuários da internet. Destes, 97.03 milhões encontram-se nos Estados Unidos e no Canadá. A Europa concentra 40.09 milhões de usuários, a Asia/Pacífico 26.97 milhões, a América Latina 5.29 milhões e a África 1.14 milhões de usuários<sup>2</sup>.

Evidentemente, devemos estar atentos ao excessivo otimismo e aos interesses comerciais em jogo, como assinala Delarbre (1998)<sup>3</sup>, mas é interessante observar, os índices apontados pelas pesquisas e o expressivo crescimento da presença latinoamericana na internet nos últimos anos, especialmente no Brasil. Nestes casos, ainda que os sites existentes sejam majoritariamente ligados aos negócios e à economia, é

---

<sup>1</sup> [http://www.nua.ie/surveys/index.cgi?f=VS&art\\_id=905354870&rel=true](http://www.nua.ie/surveys/index.cgi?f=VS&art_id=905354870&rel=true)

<sup>2</sup> Dados referentes à maio de 1999. [http://www.nua.ie/surveys/how\\_many\\_online/index.html](http://www.nua.ie/surveys/how_many_online/index.html)

<sup>3</sup> Delarbre, Raúl T. Trabalho apresentado no seminário “Integración Económica e Industrias Culturales en América Latina y el Caribe” 30-31 de julho 1998 Buenos Aires, Argentina.

possível identificar que o uso da internet vem se constituindo como um importante fator que vem alterando e ao mesmo tempo vem sendo retransformado pela referência cultural, atualizando hábitos, costumes e relações de trabalho.

Se tomarmos os índices do Yahoo sob uma perspectiva comparativa, mesmo sabendo que ele é parcial e incompleto, podemos ter uma visão geral sobre a América Latina e o lugar ocupado pelo Brasil de forma mais qualitativa. O Brasil (3519), México (3469) e Argentina (1903) são os países latinoamericanos com maiores índices de páginas web, destacados pelo Yahoo. Chile (798), Costa Rica (767), Venezuela (651) e Peru (609), apesar de serem países de proporções bastante diversas, se encontram quase em paralelo, depois dos outros três<sup>4</sup>.

Seguindo ainda a classificação do Yahoo, para os países de maiores índices de páginas web, a maior presença é para as páginas de Negócios e Economia – Brasil (663), México (572) e Argentina (321). Chama a atenção o maior número de páginas web mexicanas sobre Artes e Humanidades e Ciências Sociais.

Segundo os dados de Delarbre (1998), podemos relacionar algumas variáveis dos três países da América Latina que mais usam a internet.

Países	Homens	Mulheres	idade	Se conectam		
				Casa	Trabalho	Outro
Argentina	76%	24%	33	43%	35%	22%
Brasil	81%	19%	32	37%	45%	18%
México	79%	21%	31	34%	50%	16%

Os dados disponíveis apontam a grande concentração de sites na área econômica mas, sob o aspecto sócio-cultural, o uso diversificado e alternativo por parte de inúmeros grupos sociais e a introdução de sites de artes, música e literatura, vem cada vez mais se destacando e mudando gradativamente o perfil dos usuários da internet.

---

4 <http://dir.yahoo.com/regional/countries/index.html>

É ainda importante não perder de vista, no caso dos países e regiões em desenvolvimento, que, ainda que os índices venham registrando um crescimento significativo da presença na internet destas regiões, o perfil de seus usuários denota ainda um desenvolvimento desigual no uso e no acesso às informações virtuais.

Não resta dúvida de que à hyperacessibilidade da informação em nossos dias, corresponde uma perspectiva positiva de democratização da informação e da comunicação. Entretanto, propõe simultaneamente uma questão inadiável: os efeitos da natureza globalizante de um ambiente como o da web para o usuário dos países de Terceiro Mundo.

Uma pergunta que fatalmente se coloca neste sentido é sobre a lógica e os sentidos de um possível remapeamento identitário em processo nesse universo cuja natureza é radicalmente desterritorializada, fragmentada, globalizada e permeada continuamente por fluxos maciços de informação. Como os usuários da web se situam ou “constroem” seu pertencimento neste contexto imprevisível?

Tradicionalmente, os processos da identificação ou da representação identitária sempre foram feitos a partir dos parâmetros não de um, mas de vários pertencimentos: o pertencimento regional, o nacional, o temporal, o genealógico. No ambiente da internet, o que ocorre é precisamente o inverso, ou seja, a perda do valor indicial destas noções de tempo e de espaço.

Já começam a surgir estudos interessantes sobre as novas formas da representação e pertencimento à comunidade virtual a partir do exame de como se processam a invenção, escolha e obtenção de um password ou senha de acesso à rede das redes. A observação das formas de construção das homepages (não por coincidência chamada de home) pode ser, nesta direção, um campo privilegiado para a análise das encenações de subjetividades ou afirmações identitárias no espaço descentralizado da web. Outro ponto que chama atenção neste caso é a emergência definitiva da unidade “home”, um território menor, claramente pessoalizado e situado com mais precisão do que a noção de “local”, unidade de uso corrente nas negociações com o universo simbólico globalizado.

Por outro lado, esses novos micro territórios hyperlocalizados, sofrem um impacto desestruturador nada desprezível ao conectarem-se, sem mediações e de forma rizomática, com o ambiente instável da informação planetária.

Aqui reside uma primeira dificuldade no trabalho com a internet: a dificuldade na avaliação do que seria uma “justiça distributiva” do acesso e da circulação da informação. Talvez esta imprecisão deva ser tomada como variável importante nessa avaliação.

Voltando a nosso ponto inicial, a preocupação a respeito da presença de novas formas de reprodução de desigualdades no ambiente da web e, como contrapartida, a possibilidade criativa de enfrentá-las e abrir caminhos para a defesa do direito de todos à igualdade de acesso e uso das novas tecnologias, chamo atenção para um exemplo elementar neste sentido: a constatação de que o inglês é a língua default da web.

Como sabemos, o USA é o único país que não precisa ser especificado no sufixo das URLs ou dos endereços eletrônicos que circulam na rede. Não diria que se trata de um planejado imperialismo cibernético. Mas, para os que falam uma língua difícil e pelo menos sentida como minoritária como, por exemplo, o português, este poderio do inglês constitui-se como um impacto inicial razoavelmente desorientante.

Este exemplo é particularmente interessante porque vai sinalizar não apenas as dificuldades de acesso à informação hospedada na www mas também algumas reações possíveis - e já em curso neste ambiente – que podem ser vistas como um dos fenômenos mais interessantes da web. Falo de um tipo fascinante de negociação da questão das línguas nacionais presente em alguns dicionários de SPANGLISH ou PORTINGLISH hospedados na rede. Spanglish é o espanhol usado pelo navegador não fluente em inglês. Aceitando a premissa de que o cyberspace é (pelo menos até hoje) um domínio americano e, portanto, de língua inglesa, o Spanglish aceita de forma aparentemente pacífica o vocabulário inglês trazendo, entretanto, simultaneamente, uma variável importantíssima: a radical recusa de sua gramática e sintaxe, que são precisamente os elementos considerados decisivos na identificação linguística de um idioma ou dialeto.

Desta forma, os usuários da web apropriam-se do vocabulário inglês disponível e o submetem às regras gramaticais e lógicas de suas línguas vernaculares desenhando

assim novas inflexões e territorialidades geopolíticas & linguísticas. Não há dúvida que já foram lançados novos programas e softwares de tradução para leituras quase simultâneas. Mas, a tradução neste caso gera necessariamente uma perda significativa de estilo, de ironia e, em última análise, de poder comunicativo. Este problema da língua, que está se configurando cada vez mais interessante, ainda que tópico, é exemplar no sentido de mostrar respostas que estão sendo geradas diante de uma situação específica de desigualdade, entre diferentes culturas, no acesso à informação e à comunicação no ambiente globalizado da internet.

Por outro lado, o exame da hegemonia do inglês na web torna-se cada vez mais importante na medida do aumento progressivo do número de usuários que não dominam o inglês neste ambiente. Para citar o caso brasileiro, as estatísticas comprovam este decréscimo: em 1996, 62% dos usuários brasileiros da rede falavam inglês. Em 1997, este número cai para 58% e em 1998, para 55%<sup>5</sup>. Estes índices sinalizam a tendência de uma popularização e diversificação da escolaridade por parte dos usuários da rede, bem como a ampliação deste uso fora da área financeira e comercial, áreas cujo idioma básico é inglês.

Mas, pensando, por exemplo, no potencial da rede como fórum político, um uso que está se mostrando cada vez mais atraente, temos um indicador problemático: segundo Sonia Aguiar<sup>6</sup>, apenas 30% das discussões temáticas das conferências listadas na Rede AlterNex, integrante brasileira da Association for Progressive Communications (APC) - em fevereiro de 1995, era em português, o que exclui milhares de lideranças sindicais e comunitárias, professores de nível médio, técnicos de administração municipais entre outros tantos agentes multiplicadores potenciais que deveriam ser incentivados a usar a rede. Esta escassez de material em português além de restringir seriamente o tratamento de temas de interesse nacional por estes segmentos, restringe ainda a fixação de uma perspectiva brasileira sobre essas questões circulando na rede.

---

5 <http://www.ibope.com.br/digital/cade98/adpkd4.htm>

6 <http://www.ibase.org.br/~esocius/t-sonia.html>

## **Um site brasileiro de Estudos Culturais**

Vamos aqui focar nossas observações no caso específico da constituição de uma Biblioteca Virtual<sup>7</sup> de informação e comunicação em Estudos Culturais no âmbito do Projeto Prossiga do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) no Brasil, o maior programa de apoio à produção e comunicação científica do país<sup>8</sup>.

A eleição de uma área como os Estudos Culturais para a implantação de um projeto de informação e pesquisa na internet foi fundamentalmente estratégica. Se, por um lado, os Estudos Culturais oferecem o risco do trabalho numa área ainda não consolidada e portanto de relativamente pouca densidade teórica e epistemológica, por outro, esta mesma área vem revelando traços bastante claros da emergência de um debate e mesmo de uma possível luta, no interior do espaço acadêmico, extremamente oportuna e promissora. Liderados por professores e intelectuais formados no quadro da universidade dos anos 60, os Estudos Culturais definem-se claramente hoje como um projeto de política acadêmica. Como sugere Arturo Escobar, os Estudos Culturais na América Latina, cujo objeto é “o estudo da expressão cultural dos vários relacionamentos que os grupos entabulam uns com os outros, vem tornando-se, sobretudo, um projeto transnacional para pensar sobre o mundo presente e seus futuros possíveis”<sup>9</sup>.

Como campo de produção de conhecimento, os Estudos Culturais encontram na realidade seu lugar a partir da consolidação da presença, na cena político-cultural destas últimas décadas, dos novos sujeitos políticos e dos movimentos sociais e a dificuldade que estes fenômenos oferecem enquanto objeto de estudo unidisciplinar. Ao mesmo tempo, os Estudos Culturais procuram responder também à dinâmica da expansão social no contexto do surgimento das novas tecnologias, novos fluxos de informação e processos culturais globalizantes que passam a exigir um rigoroso remapeamento da própria noção de identidade.

---

7 <http://www.ufrj.br/pacc>

8 <http://www.prossiga.cnpq.br>

9 Escobar, Arturo. Debate no seminário da Coordenação Interdisciplinar de Estudos Culturais, (CIEC), Universidade Federal do Rio de Janeiro, julho de 1995.

Neste sentido, o exame das autodefinições (ou a ausência delas) das comunidades científicas sobre o que seriam os Estudos Culturais em diferentes contextos locais e nacionais mostra uma flutuação interessantíssima não só quanto à delimitação dessa área de pesquisa mas ainda quanto à sua afiliação disciplinar e contextualização enquanto área de conhecimento. Assim, o exame das diferenças entre os vários Estudos Culturais hoje existentes em diferentes contextos acadêmicos regionais, é sem dúvida também o exame de algumas transformações em curso nas lógicas locais da produção de conhecimento em nossos dias. Nos países da América Latina, estes estudos começam a expandir-se e legitimar-se na segunda metade da década de 1980, em meio aos processos de abertura política no Cone Sul, e oferecem-se como campo para pensar a reinserção democrática em nossos países. É neste momento que o debate acadêmico latinoamericano começa também a absorver novas questões determinadas pela reorganização de nossas fronteiras nacionais sob o impacto da globalização bem como aquelas relativas às novas formas de articulação da sociedade civil e seu diálogo com o Estado. Estas articulações intensificam-se em função da baixa capacidade do Estado em responder às demandas da sociedade civil, passando este a depender cada vez mais de atuações em âmbito internacional, definindo, no campo político e acadêmico, a necessidade da consolidação de uma sociedade civil global.

Por outro lado, a natureza globalizante do trabalho na internet em si traz possibilidades quase infinitas de troca e contactos entre a comunidade acadêmica e o agenciamento mais eficaz não apenas das formas de conhecimento produzidas fora dos centros de poder acadêmico mas sobretudo das múltiplas formas de intervenção política possibilitadas pela diversidade da informação hospedada na internet.

Um exemplo possível desta eficácia é o grau de fortalecimento que o acesso à internet vem proporcionando, de forma relativamente barata, às ONGs, sindicatos, movimentos de base ou produções culturais não legitimadas.

No Brasil, desde 1985, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE<sup>10</sup> – foi pioneiro no uso das redes de comunicação eletrônica para a ação social e

---

10 <http://www.ibase.org.br>

intervenção política propondo intervir e estimular o debate público sobre questões e projetos capazes de radicalizar a democracia, nas diferentes conjunturas. Há mais de 10 anos, o IBASE provê acesso à internet, através de FIDONET local nodes, para as ONGs brasileiras envolvidas em questões como a reforma agrária, direitos humanos, erradicação da fome e meio ambiente tornando-se o maior fomentador de campanhas de alta repercussão junto à opinião pública, como foram o “Movimento pela Ética na Política” (1992) e a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida” (1996).

Cada vez mais, o potencial da rede como forum está sendo descoberto por instituições de âmbito nacional. Em março de 1994, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) criou uma conferência própria na web “voltada especialmente para os sindicatos brasileiros mas aberta a todos os integrantes das redes da APC com o objetivo de divulgar, de forma instantânea, as posições defendidas pela CUT para seus afiliados e submetê-las com rapidez à crítica dos dirigentes sindicais e interessados”<sup>11</sup>.

Entre abril e dezembro de 1996, o IBASE disponibilizou online o Jornal da Cidadania, periódico voltado para a Campanha contra a Fome. Apesar de não ter uma estratégia de divulgação, o site chegou a receber uma média de 10 acessos por hora, chegando a 30 acessos nos horários de pico. O que demonstra a resposta, inclusive internacional, da Campanha e a grande importância de sua veiculação na internet.

O exemplo destas campanhas mostra ainda como o uso estratégico do e-mail pelos movimentos sociais, possibilitando a emissão e repetição de mensagens para um grande número de receptores, consegue articular coletivamente respostas à imprensa ou cobrar medidas imediatas do governo, ampliando significativamente a repercussão pública das denúncias de violações aos direitos básicos e incentivando novas formas de ações coletivas.

Um caso já clássico no Brasil neste sentido, – ainda que não tão fascinante quanto Chiapas –, foi a mobilização internacional e a repercussão obtida através da internet pelo Movimento dos Sem Terra (MST), que, desde 1979 – período no qual este tipo de reivindicação começa a ter maior presença na cena política do país – luta pela ocupação

---

11 <http://www.ibase.org.br/~esocius/t-sonia.html>

organizada de centenas de famílias de camponeses nas terras não cultivadas no território nacional. Em 1996, 37.000 famílias camponesas já viviam assentadas em 168 acampamentos do MST em vários estados. Em 17 de abril de 1996, em Eldorado de Carajás, o exército mata 19 trabalhadores sem terra. Ainda a partir desse confronto, 17 camponeses, entre eles 6 crianças, desaparecem inexplicavelmente. A violência contra os sem terra não constitui novidade entre nós. Desde 1981, temos registro de 32 chacinas no campo. Ao todo, segundo dados disponíveis, 1634 trabalhadores rurais foram mortos na luta pela terra nestes últimos 15 anos.

O episódio Carajás, entretanto, torna-se um marco na medida em que consegue divulgação inédita a partir da convocação de uma Assembléia Nacional pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil articulando entidades importantes como o Conselho Indigenista Missionário, a Comissão Pastoral da Terra, a Organização dos Advogados do Brasil e a Central Única dos Trabalhadores entre outras. Esta articulação deu origem ao Forum Nacional Permanente contra a Violência no Campo, campanha internacional de demanda de apoio contra atos de desrespeito aos direitos humanos, às violações de códigos de ética internacionais e à impunidade dos crimes contra os Sem-Terra. Por outro lado, desenvolve-se uma ação intensiva de divulgação diária na rede de notícias de jornal, informes, manifestos e artigos em português, inglês e espanhol, além de faxes e e-mails, apostando na pergunta formulada no manifesto contra a violência no campo: “Como as autoridades vão explicar ao mundo esses massacres?”. A Anistia Internacional também adere e divulga documento repudiando o massacre além de disponibilizar seu e-mail e seu automatic reply service. Em 1997, o MST ganha visibilidade internacional e poder de negociação local.

Este exemplo mostra as perspectivas estratégicas abertas pela idéia de network, um sistema altamente flexível, pensado para ser uma rede geograficamente dispersa e feita de múltiplos pontos de articulação e ligação com o objetivo de tornar as comunicações militares possíveis no caso de uma guerra nuclear.

É nessa teia que podem desenvolver-se o que chamamos de netwar ou seja, conflitos relacionados com a difusão da informação em grande escala. Assim, uma netwar

pode influir decisivamente sobre o que uma população sabe sobre si mesma ou sobre o mundo. Pode ainda apontar seu ataque em direção à opinião pública ou à opinião das elite. Pode intervir na diplomacia, na propaganda, na esfera das decisões políticas, pode promover campanhas psicológicas, movimentos de protesto e oposição, subversões políticas e culturais além de sérias interferências na mídia local ou estrangeira. Resumindo, o potencial de mobilização e intervenção da internet hoje é invejável.

A navegação e a pesquisa deste tipo de material no ambiente da internet sinaliza como o cruzamento entre a informação e as demandas destes grupos e os pólos de produção científica, poderia definir um campo de trabalho politicamente estratégico, com boas perspectivas de fertilizar o espaço estruturalmente descentralizado das infovias.

No caso da atividade de uma Biblioteca Virtual, a implementação de novas políticas de definição conceitual de thesaurus e de “palavras chaves”, pode, por exemplo, agilizar conexões importantes e identificações, muitas vezes praticamente sem solução de continuidade, entre movimentos sociais, a produção artística e cultural e a pesquisa acadêmica.

Ainda que originariamente a internet tenha entrado no Brasil com fins acadêmicos, a partir da criação da Rede Nacional de Pesquisa, vemos que, pelo menos na área das humanas, a academia ainda é tímida e não testou seu potencial cultural e social no espaço público da web. Ao contrário, os sites das ONGs e demais organizações da sociedade civil tomaram a dianteira e vêm testando este espaço com sucesso. Estes sites se apresentam basicamente em função da definição de diagnósticos e respostas diretas e imediatas a conflitos sociais e embates ligados a questão dos direitos humanos, defesa da democracia ou do meio ambiente. Este comportamento, ainda que reproduza a agenda tradicional destas organizações, no contexto de sua hospedagem na rede, aciona simultaneamente o estatuto que esta ou aquela demanda detém no cenário nacional e internacional, promovendo articulações entre grupos de diferentes países ou regiões e definindo o estabelecimento de sólidos networks que fortalecem o desempenho e ampliam a visibilidade das organizações locais. Um exemplo deste desempenho é a Rede

de Organizações do Cone Sul, organizada pelo Geledés - Instituto da Mulher Negra, fundado em 1988, que articula as organizações negras do continente americano<sup>12</sup>.

Um rápido exame dos principais sites brasileiros que podem ser recuperados nos eixos conceituais etnias/gênero, tanto no âmbito dos sites das organizações da sociedade civil quanto no âmbito da produção artística e cultural, vai mostrar a diversidade de usos possíveis do espaço da rede para o duplo movimento de defesa local de direitos e da livre expressão e da divulgação intensiva de informação como garantia destes direitos. Num certo sentido, pode-se mesmo aí identificar um movimento bastante intenso de exploração do espaço público virtual para novos desenhos de identidades, estratégias e políticas culturais.

Um dos mais notáveis é o site de feitio mais acadêmico da ONG Documentação Indigenista e Ambiental (DIA)<sup>13</sup>, fundada em 1991 e que desenvolveu um extenso banco de dados indigenista multimídia na internet. O site, além de conter um grande acervo de informações, estatísticas, mapas atualizados e completos de terras indígenas demarcadas e não demarcadas, registrando as condições de vida nestes locais, abre espaço para a produção de filmes, fotografias e pesquisas para o resgate da memória indígena e sua divulgação para o grande público. A particularidade da concepção destes tipos de bancos de dados constituídos fora da academia e da lógica tradicional dos arquivos e bibliotecas e disponibilizado na rede é a coleta “interessada” ou seja a pesquisa em função da elaboração de diagnósticos que respondam à demandas imediatas. O resultado é a produção de dados informais que raramente chegam já organizados no campo de trabalho acadêmico.

Outra alternativa interessante é o caso do Amanaka – Amazon Network<sup>14</sup> uma associação de apoio a líderes da Amazônia em projetos de proteção ambiental, direitos humanos, saúde, desenvolvimento sustentável, cultura e educação. O que chama atenção neste site é o compromisso com a rapidez na divulgação de notícias que muitas vezes são

---

12 <http://www.geledes.com.br>

13 [www.cr-df.mnp.br/~dia](http://www.cr-df.mnp.br/~dia)

14 [www.amanakaa.org/](http://www.amanakaa.org/)

omitidas pela imprensa ou pela disponibilização de instrumentos de comunicação. Ainda outra forma de utilização dos recursos da rede como luta de sobrevivência cultural é a do site Conselho Indigenista Missionário (CIMI)<sup>15</sup> dedicado à defesa dos territórios indígenas e centrado na promoção contínua de campanhas de solidariedade nesse sentido.

É interessante observar que, nos sites brasileiros hospedados na internet, o espaço dedicado aos índios e à defesa das terras indígenas é bem maior do que aqueles dedicados aos grupos negros, ainda que a tradição e a população negra sejam majoritários no Brasil. Possivelmente, esta dissimetria é determinada pelo forte input dos fóruns internacionais ligados à causa indígena e à questão ecológica no espaço público da web. Os grupos negros na rede expressam-se preferencialmente em sites cujo perfil é mais dedicado à cultura<sup>16</sup> do que ao racismo, situação social, qualidade de vida e direito ao trabalho<sup>17</sup>.

Ao lado dos sites das organizações da sociedade civil, cresce também o uso da rede como espaço de “livre expressão” de grupos jovens, especialmente através de sites menos comerciais que são aqueles ligados à literatura.

No Cadê<sup>18</sup>, em junho de 1999, estão registrados 332 sites de poesia hospedados na rede. A maioria destes sites são de poetas não identificados com o mainstream literário e que constroem páginas bastante criativas, muitas vezes surpreendentes, cujo objetivo é resistência ou intervenção. Seja para “ter um lugar ao sol” (sic) grupo Caux<sup>19</sup> do subúrbio do Rio, seja para denunciar desigualdades ou afirmar identidades étnicas ou sexuais. Na linha de afirmação de identidades sexuais, chama atenção o vigor da poesia lésbica na internet, um vigor que não encontra correspondente na cena poética brasileira off line. Sites engajados como “Mulheres que amam mulheres”<sup>20</sup> que, ao lado de poesia

---

15 <http://www.ongba.org.br/news/semfro/proindio.html>

16 [www.mestredidi.org/](http://www.mestredidi.org/)

17 Ex. página de candomblé (comercial liga com esoterismo) e congada [www.intermidia.icmc.sc.usp.br/~congada](http://www.intermidia.icmc.sc.usp.br/~congada), Biblioteca Colombiana Afro-Brasileira [comboni@zumbi.ongba.org.br](mailto:comboni@zumbi.ongba.org.br), Afro Brazilian Connection <http://www.brazilonline.com./aabc/>

18 Cadê é a maior ferramenta de busca brasileira: <http://www.cade.com.br>

19 Caux <http://www.geocities.com/SoHo/Lofts/1418/>

20 <http://www.geocities.com/WestHollywood/Village/2158/poesia.htm>

e contos oferecem links políticos, mailing lists e outros serviços ou ainda o “ARTEMIS – Forum de Mulheres”<sup>21</sup>, reunido em torno de uma volumosa lista de discussão.

À poesia juntam-se o funk e o rap, que hoje no Brasil representam a força da cultura jovem contestatária, ligada à denúncia das desigualdades raciais e à conscientização da população negra, especialmente os jovens negros.

O Cadê, em junho 1999, traz o registro de 72 sites funk e 101 rap brasileiros. O site Funk in Rio<sup>22</sup> traz informação bastante completa sobre este movimento no país.

Do ponto de vista do trabalho acadêmico, a expansão destas formas de intervenção e disponibilização de dados e elementos geralmente gerados fora das fontes convencionais de pesquisa, como é o caso de sites culturais não canônicos ou de surveys e diagnósticos sociais produzidos com fins e compromissos dirigidos e que, agora encontram-se disponíveis em sites e homepages, abre um leque de possibilidades de informação e comunicação sem precedentes para a pesquisa acadêmica *strito sensu*. Por outro lado, a lógica espacial de um ambiente como o da internet em relação à mobilidade de uma informação, vem alterando, talvez de forma bastante definitiva, nossa atual produção conhecimento e atividades de pesquisa.

Hoje, não é improvável que o maior ou menor sucesso do trabalho do pesquisador seja diretamente proporcional à sua capacidade de linkar o que não estava linkado, ou ainda à sua criatividade no sentido de romper de fato os parâmetros vigentes nas relações inter-pessoais estabelecidas pela prática da pesquisa e da produção científica atuais.

É precisamente em função destas novas possibilidades que o trabalho na web oferece, que se torna cada vez mais importante a produção de levantamentos e análises deste material hospedado na rede e a formulação de políticas científicas pro-cidadania na internet.

Pensando especificamente na questão atualíssima da preservação da memória como estratégia de sobrevivência cultural e nas novas técnicas e metodologias de história

---

21 <http://www.geocities.com/Athens/Troy/9700/poesias.htm>

22 <http://www.angelfire.com/biz/funk2/men.htm>

oral, um site surpreendente é o Museu da Pessoa<sup>23</sup>, aberto a qualquer pessoa que queira deixar registrada e preservada sua história de vida, ou seu “diário virtual”. No Museu da Pessoa, pode-se contar livremente a própria história ou a de outra pessoa e incluir fotos, áudio e os mais diversos recursos multimídia. O acervo do site hoje já guarda a história de vida de 700 pessoas. Cobre todas as idades

(como é o exemplo do depoimento de José Martins, escritor, vivo, nascido em 1989 ou de Ana Bonfim Matos, parteira, viva, nascida em 1913, ao lado do de Mariana Souza, estudante, nascida em 1985) e curiosamente não se vê predominância de faixa etária ou sexo do depoentes. O acervo conta com mais de 300 fotos de família, casamento, escolas, futebol etc. e a parte sonora está sendo significativamente ampliada. Trata-se de um site curioso que desenvolve pesquisas tópicas na área de história oral e cujo acervo é de uma riqueza extraordinária. A limitação do problema da língua aqui se faz sentir: o site só apresenta versão em português.

Um projeto como esse demonstra as perspectivas de redução de custos e de ampliação da disseminação de dados abertas pela internet no caso de projetos como esse de registro de memória, até hoje limitados pela necessidade da utilização de mídias e equipamentos caros, de espaços adequados e tecnicamente tratados para conservação de documentos e cuja divulgação e consulta se faziam de forma quase sempre insatisfatória.

Neste sentido, torna-se prioritário e mesmo urgente o apoio a Banco de Dados e Acervos de Informações Culturais hospedados na rede, bem como o incentivo às instituições científicas e às organizações da sociedade civil para que otimizem seu papel político enquanto mediadores e disseminadores destes acervos disponibilizando a memória e as demandas das culturas dos “sem história” e, em última análise, ampliando o conhecimento do outro<sup>24</sup>.

---

23 <http://www2.uol.com.br/mpessoa/>

24 Interessante consultar a respeito o artigo *Minority heritage: a priority for the networks* de Isabelle Vinson na publicação *World Culture Report*, Unesco 1998 file://C:\A3SOUND\IVinson.html.

Ironicamente, parece que será no espaço descentralizado e ingovernável das infovias que poderemos ser surpreendidos pela possibilidade de uma redefinição radical de novas e inesperadas esferas públicas para produção científica e militância cultural.